

ATRIUM INVESTIMENTOS - SGPS, SA

RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 2010

ATRIUM Investimentos - SGPS, S.A.

Sede: Avenida da República, 35 - 2.º andar, 1050-186 Lisboa

Capital Social: Euro 50.000

Pessoa Colectiva n.º 509 074 529

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 509 074 529

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

A Atrium Investimentos – SGPS, SA (“SGPS”) foi constituída em 20 de Julho de 2009 e, de acordo com os seus estatutos, tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Em 31 de Julho de 2009, a SGPS adquiriu a totalidade das acções com direito a voto da Atrium Investimentos – Sociedade Financeira de Corretagem, SA (“SFC”), uma sociedade financeira de corretagem portuguesa cuja actividade está centrada na gestão de carteiras de activos financeiros por conta de clientes.

Em 31 de Dezembro de 2010, a SGPS adquiriu a totalidade das acções da APMI Atrium Portfolio Management and Investment SA (“APMI”), uma sociedade suíça cuja actividade consiste na gestão e aconselhamento para a gestão de carteiras de activos financeiros de clientes.

Não desenvolvendo a SGPS actividades operacionais, até à aquisição da APMI, isto é, durante todo o exercício de 2010, a actividade da SGPS confundiu-se, de certa forma, com a da SFC.

Actividade da SFC

Em 2010, as taxas de juro de curto prazo continuaram a níveis muito baixos, tendo a Euribor de 3 meses atingido um mínimo histórico de 0,6%. As restantes classes de activos registaram rendibilidades positivas, mas muito modestas. O índice de obrigações governamentais a 10 anos em euros subiu 2%, e o índice de obrigações de empresas *iBOXX Euro Corporate* apreciou-se 4,7%. No que respeita a acções, o índice *MSCI World* subiu 7,8%, mas o índice de acções europeias *Eurostoxx 50* caiu 5,8%, reflectindo o pior desempenho da zona europeia. As acções portuguesas caíram 10,3%, ainda assim um dos desempenhos menos negativos dos países da Europa periférica em que Portugal se integra.

Este enquadramento condicionou naturalmente as carteiras de clientes geridas pela sociedade. Entre as carteiras de clientes particulares, as carteiras dos perfis “Estratégico” e “Dinâmico”, geridas com uma preocupação de preservação do capital e com baixos níveis de volatilidade, tiveram rendibilidades de, respectivamente, 3,6% e 4,0%. Por seu turno, o perfil “Acções” teve uma rendibilidade próxima de 0%, condicionado pela evolução dos mercados europeus de acções.

O valor dos activos sob gestão da sociedade passou de 821 milhões de euros para 914 milhões de euros, crescendo cerca de 11% face ao final do ano anterior. Este crescimento de 11% é superior ao estimado para o sector da gestão de activos financeiros em Portugal.

De entre os mandatos institucionais, merecem uma referência os fundos de investimento não harmonizados cujas carteiras são geridas pela sociedade.

A sociedade gere as carteiras de dois fundos de fundos imobiliários que, em conjunto, têm um capital subscrito de cerca de 235 milhões de euros. Entre os investidores nestes fundos encontram-se alguns dos principais investidores institucionais da nossa praça.

A sociedade gere também as carteiras de sete fundos de investimento não harmonizados, que prosseguem diferentes estratégias, e cujos activos líquidos globais ascendiam a cerca de 250 milhões de euros no final do ano.

O produto bancário atingiu cerca de 14 milhões de euros. Para o seu crescimento face ao ano anterior, foi determinante o aumento dos rendimentos de serviços e comissões. Em contrapartida, os custos com pessoal e os gastos gerais administrativos registaram uma redução face ao ano anterior. O resultado líquido do exercício cifrou-se em 7,8 milhões de euros.

Aquisição da APMI

A APMI é uma sociedade suíça cuja actividade consiste na gestão e aconselhamento para a gestão de carteiras de activos financeiros de clientes particulares e institucionais.

A APMI é membro da VSV-ASG-SAAM Swiss Association of Asset Managers, uma associação que, através de auto-regulação, estabelece padrões de qualidade para a gestão de activos independente através de regras de conduta para os seus membros.

No final de 2010, o valor dos activos sob gestão da APMI excedia 170 milhões de euros e o valor dos seus capitais próprios era de cerca de 2,6 milhões de euros. O resultado líquido do exercício foi de cerca de 0,3 milhões de euros.

A aquisição, cujo preço foi próximo do valor dos capitais próprios da APMI, representa para o grupo oportunidades de crescimento, estando nomeadamente previsto colocar através da APMI fundos de investimento geridos pela SFC.

Resultados da SGPS

O resultado consolidado cifrou-se em cerca de 8 milhões de euros, valor que corresponde, substancialmente, ao resultado líquido individual da filial SFC.

O resultado líquido das contas individuais da SGPS cifrou-se em cerca de 5,7 milhões de euros, dos quais cerca de 5,4 milhões de euros resultaram da distribuição pela SFC de reservas livres.

Outras informações

No decurso do exercício, a sociedade reembolsou prestações suplementares de cerca de 3,5 milhões de euros.

O Conselho de Administração não concedeu quaisquer autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, é de referir que a sociedade não tinha, no final do exercício, quaisquer dívidas em mora à Segurança Social.

Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício de 5.658.773,44 euros seja integralmente transferido para a conta "Outras reservas".

Notas finais

O Conselho de Administração pretende agradecer ao Banco de Portugal e ao Fiscal Único toda a colaboração prestada.

Lisboa, 29 de Abril de 2011

O Conselho de Administração



João Carlos Peça Nunes da Fonseca
Presidente



António Manuel Baptista dos Santos Almeida
Vogal



Mário Luís Cruz Dias Vigário
Vogal

Participações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

(N.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

	<u>N.º de acções</u> <u>subscritas em</u> <u>31.12.2009</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>N.º de acções</u> <u>detidas em</u> <u>31.12.2010</u>
	João Carlos Peça Nunes da Fonseca (1)			6.614
António Manuel Baptista dos Santos Almeida (2)	6.614	-	-	6.614
Mário Luís Cruz Dias Vigário (3)	6.614	-	-	6.614
Patrício, Moreira Valente & Associados, SROC				
- Carlos de Jesus Pinto de Carvalho	0	-	-	0
Jorge Bento Martins Ledo	0	-	-	0

Lista de accionistas

(N.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

	<u>N.º de acções</u> <u>detidas em</u> <u>31.12.2010</u>
António Manuel Baptista dos Santos Almeida	6.614
Filipe José de Campos Rodrigues Prieto	6.614
João Carlos Peça Nunes da Fonseca	6.614
João Filipe de Brion Ramires Sanches	6.614
Mário Luís Cruz Dias Vigário	6.614
Oswaldo José Sancho Nicolau	6.614
Pedro Araújo de Santa Clara Gomes	6.614
Outros	<u>3.702</u>
Total	50.000

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS**

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2010		31.12.2009	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	3.354,22	0,00	3.354,22	4.804,69
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
Activos financeiros disponíveis para venda		0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações em instituições de crédito	3	35.000,00	0,00	35.000,00	40.000,00
Investimentos detidos até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos tangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	4	62.629.402,29	0,00	62.629.402,29	60.000.000,00
Activos por impostos correntes	5	0,00	0,00	0,00	2.490.000,00
Activos por impostos diferidos	6	1.424,24	0,00	1.424,24	874,41
Outros activos		0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Activo		<u>62.669.180,75</u>	<u>0,00</u>	<u>62.669.180,75</u>	<u>62.535.679,10</u>
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
Passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
Recursos de outras instituições de crédito				0,00	0,00
Recursos de clientes e outros empréstimos	7			475.185,50	2.540.000,00
Provisões				0,00	0,00
Outros passivos	8			1.887,60	1.800,00
Total de Passivo				<u>477.073,10</u>	<u>2.541.800,00</u>
Capital	9			50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital	9			44.052.000,00	47.500.000,00
Acções próprias				0,00	0,00
Reservas de reavaliação	9			-12.544,89	0,00
Outras reservas e resultados transitados	9			12.443.879,10	0,00
Resultado do exercício	9			5.658.773,44	12.443.879,10
Total de Capital				<u>62.192.107,65</u>	<u>59.993.879,10</u>
Total de Passivo + Capital				<u>62.669.180,75</u>	<u>62.535.679,10</u>

A Técnica Oficial de Contas

Audrea Melo da Mata

O Conselho de Administração

Carlos Augusto Fonseca
Antonio Mendes
Henrique

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2010	31.12.2009
Juros e rendimentos similares		387,80	61,33
Juros e encargos similares		0,00	0,00
Margem financeira		<u>387,80</u>	<u>61,33</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	10	5.398.000,00	12.450.000,00
Rendimentos de serviços e comissões		0,00	0,00
Encargos com serviços e comissões		-288,68	-202,63
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	11	2.725,44	0,00
Resultados de reavaliação cambial		0,00	0,00
Outros resultados de exploração	12	263.955,81	-4.080,83
Produto bancário		<u>5.664.780,37</u>	<u>12.445.777,87</u>
Custos com pessoal		0,00	0,00
Gastos gerais administrativos	13	-6.556,76	-2.773,18
Amortizações do exercício		0,00	0,00
Provisões líquidas de reposições e anulações		0,00	0,00
Correcções valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		<u>5.658.223,61</u>	<u>12.443.004,69</u>
Impostos Correntes		0,00	0,00
Impostos Diferidos	6	549,83	874,41
Resultado após impostos		<u>5.658.773,44</u>	<u>12.443.879,10</u>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0,00	0,00
Resultado líquido do exercício		<u>5.658.773,44</u>	<u>12.443.879,10</u>

A Técnica Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Andreia Melo da Mata

Carlos António Amorim
A. Almeida
Rui J. Silva

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Outros Instrumentos de capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reserva Legal	Outras reservas	Resultado do exercício	Capital Próprio
Saldos em 20.07.2009	50.000,00	47.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.550.000,00
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Distribuição de dividendos / reservas	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Compra / alienação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Reservas de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	12.443.879,10	12.443.879,10
Saldos em 31.12.2009	50.000,00	47.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.443.879,10	59.993.879,10
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	-	50.000,00	12.393.879,10	-12.443.879,10	0,00
Distribuição de dividendos / reservas	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Prestações suplementares	-	-3.448.000,00	-	-	-	-	-	-3.448.000,00
Compra / alienação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Reservas de reavaliação	-	-	-	-	-	-12.544,89	-	-12.544,89
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	5.658.773,44	5.658.773,44
Saldos em 31.12.2009	50.000,00	44.052.000,00	0,00	0,00	50.000,00	12.381.334,21	5.658.773,44	62.192.107,65

A Técnica Oficial de Contas

Audrey Melo da Mata

O Conselho de Administração

Carlos José Amorim
Adriano José de
Albuquerque

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Atrium Investimentos - SGPS, SA foi constituída por escritura pública em 20 Julho de 2009 e tem por objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

O regime jurídico das Sociedades Gestoras de Participações Sociais encontra-se legalmente definido no Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, tendo a sua redacção sido alterada pelo DL n.º 318/94, de 24 de Dezembro e pelo DL n.º 378/98, de 27 de Dezembro.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRÍNCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

A actividade da sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, através do disposto no Aviso n.º 1/2005, n.ºs 2.º e 3.º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com um conjunto de excepções, das quais a única relevante no caso da sociedade é a eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros.

1.2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas e critérios valorimétricos:

a) Especialização dos exercícios

Os gastos e os rendimentos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os mesmos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, sendo registados por contrapartida das correspondentes contas de regularização.

b) Activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O reconhecimento do valor de aquisição é efectuado na data da compra pelo valor do bem acrescido do IVA que não seja dedutível, pela aplicação da percentagem provisória do pró-rata, de acordo com o artigo 23.º do CIVA. No final do exercício procede-se à regularização, directamente nas contas do imobilizado, do IVA suportado de acordo com a percentagem definitiva do pró-rata.

As depreciações são feitas de acordo com as taxas máximas definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, em regime de duodécimos.

De acordo com o artigo 33.º do Código do IRC, as depreciações dos elementos do activo, adquiridos a partir de dia 1 de Janeiro de 2010, cujos custos unitários não ultrapassem os 1.000 euros são efectuadas na totalidade no período de tributação do respectivo custo de aquisição.

c) Activos financeiros detidos para negociação

São considerados activos financeiros detidos para negociação, aqueles que são adquiridos com a principal finalidade de venda num prazo muito próximo. Os títulos de rendimento variável são valorizados à cotação de mercado.

d) Investimentos detidos até à maturidade

São considerados investimentos detidos até à maturidade os activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinada, relativamente aos quais exista intenção e capacidade de deter até ao vencimento.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença entre o valor de aquisição e o valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto apurado no momento da compra, é diferida e reconhecida

em resultados de forma escalonada no período que decorre entre a data da compra e a data de vencimento. Os juros decorridos são reconhecidos como proveitos.

e) Investimentos em filiais e associadas

São considerados investimentos em filiais e associadas as participações no capital social de empresas detidas pela sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais se detenha o poder de domínio ou de controlo (empresas filiais), ou se exerça uma influência significativa sobre a gestão e política financeira (empresas associadas).

Os investimentos em filiais e associadas são registados ao custo de aquisição. Verificando-se goodwill, o activo fica sujeito a testes de imparidade anuais ou sempre que haja indicação de que este possa estar com imparidade. Se o justo valor líquido dos activos e passivos exceder o custo de aquisição o respectivo valor é reconhecido directamente em resultados.

Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito do accionista a receber o pagamento.

f) Moeda estrangeira

Os elementos contidos nas demonstrações financeiras que estejam ou tenham estado na sua origem expressos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda nacional, o euro, tendo por base as taxas de câmbio de fecho nos dias das transacções e no último dia de cada mês. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

g) Provisões para riscos de crédito e risco-país

As provisões são constituídas de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e incluem:

- uma provisão específica para crédito e juros vencidos, apresentada como dedução às respectivas rubricas do activo, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 1% e 100% sobre os saldos de crédito e juro vencidos, em função da classe de risco e da existência ou não de garantias;
- uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, evidenciada no passivo, na rubrica “Provisões para riscos gerais de crédito”, correspondente a 1% do total do crédito não vencido concedido pela sociedade, incluindo o representado por garantias;
- uma provisão para risco-país calculada de acordo com a lista da classificação dos países e territórios segundo o grau de risco.

h) Impostos sobre lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados pode englobar os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Disponibilidades em instituições de crédito		
No país	3.277,76	4.743,36
Juros a receber	<u>76,46</u>	<u>61,33</u>
	<u><u>3.354,22</u></u>	<u><u>4.804,69</u></u>

3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Aplicações em Instituições de crédito no país		
A prazo		
Caixa Geral de Depósitos	15.000,00	40.000,00
Banco BES	<u>20.000,00</u>	<u>0,00</u>
	<u><u>35.000,00</u></u>	<u><u>40.000,00</u></u>

4. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A sociedade detinha 974.463 acções representativas de cerca de 91% do capital e de 100% dos direitos de voto da “Atrium Investimentos - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.”, sediada na Avenida da República, N° 35 - 2º Andar, Lisboa e detinha 100% do capital da “APMI

- Atrium Portfolio Management and Investment S.A.” sediada em 20, rue du Général-Dufour – Case Postal 515 - 1211 Genève 17.

A “Atrium Investimentos - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.” finalizou os exercícios de 2010 e de 2009 com os seguintes capitais próprios:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Capital	3.742.109,00	3.742.109,00
Prémios de emissão	3.176,16	3.176,16
Acções Próprias	-3.566.698,54	-3.566.698,54
Reserva Legal	2.346.384,00	1.746.560,00
Outras reservas		
Indisponível	3.566.698,54	3.566.698,54
Reservas livres	1.520,78	1.114,15
Resultado líquido do exercício	<u>7.763.501,05</u>	<u>5.998.230,63</u>
	<u><u>13.856.690,99</u></u>	<u><u>11.491.189,94</u></u>

A “APMI - Atrium Portfolio Management and Investment S.A.” finalizou o exercício de 2010 com os seguintes capitais próprios:

	<u>31.12.2010</u>
Capital	123.365,41
Reserva Legal	31.005,66
Reservas de reavaliação	383.250,37
Outras reservas	1.827.158,38
Resultado líquido do exercício	<u>264.622,48</u>
	<u><u>2.629.402,30</u></u>

Inventário da carteira de Títulos e Participações Financeiras a 31 de Dezembro de 2010:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor nominal	Critério Valorimétrico	Valor de Balanço
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Emitidos por residentes			Custo	
Atrium Investimentos - SFC, S.A.	974,463	3,50	Histórico	60.000.000,00
Emitidos por não residentes				
APMI - Atrium Portfolio Management and Investment S.A.	200,000	799,55	Justo Valor	<u>2.629.402,29</u>
				<u><u>62.629.402,29</u></u>

5. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

A sociedade recebeu da Administração Fiscal 2.490.000,00 euros referentes à retenção de 20% efectuada no exercício anterior sobre dividendos recebidos da filial Atrium Investimentos - SFC, S.A, uma vez que a respectiva participação era detida há menos de um ano.

6. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Exercício	Resultado líquido do exercício	Resultado fiscal	Activos por impostos diferidos
2009	12.443.879,10	-6.995,31	874,41
2010	5.394.151,23	-4.398,60	549,83
			<u>1.424,24</u>

7. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Foi reembolsada aos accionistas a totalidade dos suprimentos em dívida a 31 de Dezembro de 2009, no valor de 2.540.000,00 euros. Os suprimentos em causa não venceram juros.

Em Dezembro de 2010, a sociedade foi financiada pela filial Atrium Investimentos - SFC, S.A em 475.185,50 euros. Este valor será reembolsado no segundo trimestre de 2011.

8. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Encargos a pagar		
Serviços de auditoria	1.815,00	1.800,00
Outros	72,60	0,00
	<u>1.887,60</u>	<u>1.800,00</u>

9. CAPITAL PRÓPRIO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Capital	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital		
Prestações suplementares	44.052.000,00	47.500.000,00
Reservas de reavaliação	-12.544,89	0,00
Outras reservas e resultados transitados	12.443.879,10	0,00
Resultado do exercício	<u>5.658.773,44</u>	<u>12.443.879,10</u>
	<u><u>62.192.107,65</u></u>	<u><u>59.993.879,10</u></u>

O capital da sociedade está representado por 50.000 acções nominativas com o valor nominal unitário de 1.00 euro.

Às prestações suplementares aplica-se o regime previsto nos artigos 210.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais e, no que se refere ao reembolso aos accionistas, aplica-se o disposto no artigo 213.º do Código das Sociedades Comerciais, sendo necessária a obtenção prévia do Banco de Portugal antes da realização de qualquer reembolso.

10. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

A sociedade recebeu lucros da filial “Atrium Investimentos - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.” no valor de 5.398.000,00 euros.

11. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação		
Fundos de tesouraria	<u>2.725,44</u>	<u>0,00</u>
	<u><u>2.725,44</u></u>	<u><u>0,00</u></u>

12. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Impostos indirectos	-666,40	-4.080,83
Ganhos em investimentos em filiais		
No estrangeiro	<u>264.622,21</u>	<u>0,00</u>
	<u><u>263.955,81</u></u>	<u><u>-4.080,83</u></u>

13. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Com fornecimentos	-241,20	-72,73
Com serviços		
Serviços especializados	-6.302,81	-2.686,45
Outros serviços de terceiros	-12,75	-14,00
	<u><u>-6.556,76</u></u>	<u><u>-2.773,18</u></u>

14. ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante global dos elementos do activo expressos em moeda estrangeira, convertido em euros era de 2.629.402,29 euros. Não havia elementos do passivo expressos em moeda estrangeira.

15. RENDIMENTOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Os rendimentos expressos na Demonstração de Resultados durante o exercício de 2010 foram obtidos, exclusivamente, com operações realizadas em Portugal.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2010		31.12.2009
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		2.241,17	0,00	2.241,17
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	60.294.257,68	0,00	60.294.257,68
Activos financeiros detidos para negociação	4	9.648.355,30	0,00	9.648.355,30
Activos financeiros disponíveis para venda	5	0,00	0,00	0,00
Aplicações em instituições de crédito	6	35.000,00	0,00	35.000,00
Investimentos detidos até à maturidade	7,15	74.697,89	5.157,91	69.539,98
Outros activos tangíveis	8	497.373,40	345.977,80	151.395,60
Activos intangíveis	9	42.278.794,69	213.675,51	42.065.119,18
Activos por impostos correntes	10	0,00	0,00	0,00
Activos por impostos diferidos	11	1.424,24	0,00	1.424,24
Outros activos	12,15	32.468.984,28	154.943,62	32.314.040,66
Total de Activo		145.301.128,65	719.754,84	144.581.373,81
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
Passivos financeiros detidos para negociação				0,00
Recursos de outras instituições de crédito	13			457.405,67
Recursos de clientes e outros empréstimos	14			0,00
Provisões	15			17.270,12
Outros passivos	16			85.995.740,07
Total de Passivo				86.470.415,86
Capital	17			50.000,00
Prémios de emissão				0,00
Outros instrumentos de capital	17			44.052.000,00
Acções próprias				0,00
Outras reservas e resultados transitados	17			5.992.476,48
Resultado do exercício	17			8.016.481,47
Total de Capital				58.110.957,95
Total de Passivo + Capital				144.581.373,81

A Técnica Oficial de Contas

O Conselho de Administração

André Melo da Mata

António Augusto
António Augusto

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2010	31.12.2009
Juros e rendimentos similares	18	167.374,52	738.468,75
Juros e encargos similares	18	-1.094,94	-14.863,07
Margem financeira		<u>166.279,58</u>	<u>723.605,68</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	19	0,00	118.938,80
Rendimentos de serviços e comissões	20	14.232.410,40	10.449.168,17
Encargos com serviços e comissões	20	-620.651,47	-416.479,91
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	21	-118.791,40	474.413,91
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	22	-120.605,65	0,00
Resultados de reavaliação cambial		57.809,05	-359.293,93
Outros resultados de exploração	23	150.257,83	-37.986,30
Produto bancário		<u>13.746.708,34</u>	<u>10.952.366,42</u>
Custos com pessoal	24	-1.034.311,68	-1.128.073,17
Gastos gerais administrativos	25	-1.530.782,78	-1.596.278,28
Amortizações do exercício	8,9	-50.848,70	-50.389,07
Provisões líquidas de reposições e anulações		-15.976,49	2.546,93
Correcções valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		-152.417,40	-2.072,47
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-5.157,91	0,00
Diferenças de consolidação negativas		252.077,33	0,00
Resultado antes de impostos		<u>11.209.290,71</u>	<u>8.178.100,36</u>
Impostos Correntes	26	-3.193.359,07	-2.186.865,04
Impostos Diferidos	11	549,83	874,41
Resultado após impostos		<u>8.016.481,47</u>	<u>5.992.109,73</u>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0,00	0,00
Resultado líquido do exercício		<u>8.016.481,47</u>	<u>5.992.109,73</u>

A Técnica Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Andreia Melo da Mata

Antonio Carlos Fonseca
Adriana
António

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Ações próprias	Reserva Legal	Outras reservas	Resultado do exercício	Capital Próprio
Saldos em 20.07.2009	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Distribuição de dividendos / reservas	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Prestações suplementares	-	47.500.000,00	-	-	-	-	-	47.500.000,00
Compra / alienação de acções próprias	-	-	-	-	-	366,75	-	366,75
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	5.992.109,73	5.992.109,73
Saldos em 31.12.2009	<u>50.000,00</u>	<u>47.500.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>366,75</u>	<u>5.992.109,73</u>	<u>53.542.476,48</u>
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	-	649.824,00	5.342.285,73	-5.992.109,73	0,00
Distribuição de dividendos / reservas	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Prestações suplementares	-	-3.448.000,00	-	-	-	-	-	-3.448.000,00
Compra / alienação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	8.016.481,47	8.016.481,47
Saldos em 31.12.2010	<u>50.000,00</u>	<u>44.052.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>649.824,00</u>	<u>5.342.652,48</u>	<u>8.016.481,47</u>	<u>58.110.957,95</u>

A Técnica Oficial de Contas

Audrea Melo da Mata

O Conselho de Administração

[Assinatura]

A. Almeida
[Assinatura]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Atrium Investimentos - SGPS, SA foi constituída por escritura pública em 20 Julho de 2009 e tem por objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

O regime jurídico das Sociedades Gestoras de Participações Sociais encontra-se legalmente definido no Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, tendo a sua redacção sido alterada pelo DL n.º 318/94, de 24 de Dezembro e pelo DL n.º 378/98, de 27 de Dezembro.

A sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal em base individual e consolidada nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 117.º do regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRÍNCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) tal como adoptadas em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com um conjunto de excepções, das quais a única relevante no caso da sociedade é a eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros detidos para negociação.

1.2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos usados nas demonstrações financeiras individuais bem como nas demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os gastos e os rendimentos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os mesmos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, sendo registados por contrapartida das correspondentes contas de regularização.

b) Activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O reconhecimento do valor de aquisição é efectuado na data da compra pelo valor do bem acrescido do IVA que não seja dedutível, pela aplicação da percentagem provisória do pró-rata, de acordo com o artigo 23.º do CIVA. No final do exercício procede-se à regularização, directamente nas contas do imobilizado, do IVA suportado de acordo com a percentagem definitiva do pró-rata.

As depreciações são feitas de acordo com as taxas máximas definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, em regime de duodécimos.

De acordo com o artigo 33.º do Código do IRC, as depreciações dos elementos do activo, adquiridos a partir de dia 1 de Janeiro de 2010, cujos custos unitários não ultrapassem os 1.000 euros são efectuadas na totalidade no período de tributação do respectivo custo de aquisição.

As diferenças de consolidação positivas (“goodwill”) não são objecto de amortização. O activo está sujeito a testes de imparidade anualmente, ou sempre que haja indicação de que o activo possa estar com imparidade.

c) Activos financeiros detidos para negociação

São considerados activos financeiros detidos para negociação, aqueles que são adquiridos com a principal finalidade de venda num prazo muito próximo. Os títulos de rendimento variável são valorizados à cotação de mercado.

d) Investimentos detidos até à maturidade

São considerados investimentos detidos até à maturidade os activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinada, relativamente aos quais exista intenção e capacidade de deter até ao vencimento.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença entre o valor de aquisição e o valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto apurado no momento da compra, é diferida e reconhecida em resultados de forma escalonada no período que decorre entre a data da compra e a data de vencimento. Os juros decorridos são reconhecidos como proveitos.

e) Moeda estrangeira

Os elementos contidos nas demonstrações financeiras que estejam ou tenham estado na sua origem expressos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda nacional, o euro, tendo por base as taxas de câmbio de fecho nos dias das transacções e no último dia de cada mês. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

f) Provisões para riscos de crédito e risco-país

As provisões são constituídas de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e incluem:

- uma provisão específica para crédito e juros vencidos, apresentada como dedução às respectivas rubricas do activo, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 1% e 100% sobre os saldos de crédito e juro vencidos, em função da classe de risco e da existência ou não de garantias;
- uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, evidenciada no passivo, na rubrica “Provisões para riscos gerais de crédito”, correspondente a 1% do total do crédito não vencido concedido pela sociedade, incluindo o representado por garantias;
- uma provisão para risco-país calculada de acordo com a lista da classificação dos países e territórios segundo o grau de risco.

g) Valores mobiliários de clientes recebidos em depósito

Os valores mobiliários dos clientes recebidos em depósito encontram-se registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor de cotação.

h) Impostos sobre lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados pode englobar os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010, a “Atrium Investimentos - SGPS, S.A.” detinha:

- cerca de 91% do capital e 100% dos direitos de voto da “Atrium Investimentos - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.”, sediada na Avenida da República, Nº 35 2º Andar, Lisboa, tendo o controlo exclusivo desta.
- 100% do capital da “APMI - Atrium Portfolio Management and Investment S.A.” Sediada em 20, rue du Général-Dufour – Case Postal 515 – 1211 Genève 17.

A sociedade consolida as contas com a “Atrium Investimentos - SFC, S.A.” e com a “APMI - Atrium Portfolio Management and Investment S.A.” pelo método de consolidação integral, não havendo lugar a “interesses minoritários”.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Disponibilidades em instituições de crédito		
Por conta de clientes	59.721.081,41	41.778.441,25
Por conta própria	568.875,15	306.643,97
Juros a receber	4.301,12	12.186,12
	<u><u>60.294.257,68</u></u>	<u><u>42.097.271,34</u></u>

4. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Natureza e espécie	31.12.2010		
	Cotação	Quantidade	Balanço
Títulos			
Emitidos por residentes			
Instrumentos de dívida			
De outros residentes			
Dívida não subordinada			
CGD 5,125% 02/2014	92,54%	350.000,000	323.880,90
REN 6,375% 12/2013	107,07%	100.000,000	107.070,30
Instrumentos de capital			
Unidades de participação			
Logística e Distribuição - FII	6,26	3,000	18,77
Vision Escritórios - FII	4,52	653,000	2.952,67
Emitidos por não residentes			
Instrumentos de dívida			
De emissores públicos estrangeiros			
Bund 1,25% 16/12/2011	1,01	2.000.000,000	2.012.260,00
Hellenic Republic 4,5% 20/09/37	0,54	31.329,000	16.912,96
Hellenic Republic 6% 19/07/19	0,65	2.015,000	1.313,72
Irish Government 5% 18/10/2020	0,74	8.845,000	6.577,67
De outros não residentes			
SG 3Y Note on 4 Indices 06/2011	69,65%	562.530,560	391.802,54
Instrumentos de capital			
Unidades de participação			
Azimuth € May/2009	1.041,07	388,034	403.970,71
BNP InstiCash EUR	115,68	5.417,898	626.740,79
BlueBay Grade Bond	136,64	58,110	7.940,15
Compass Fund - EUR	10,13	59.211,065	599.654,14
Deka GeldmarktGarant	5.628,47	116,203	654.045,12
DWS Inst EUR Money P	13.830,06	74,702	1.033.129,35
Gems LowVol €Reserve	1.074,39	2,062	2.215,61
Gems Recov €Reserve	1.305,50	7,457	9.734,85
Iceberg EUR	1.603,85	0,889	1.425,98
LF Holdings SP €A	36,88	118,307	4.363,38
Pictet Money Market EUR	1.002,06	669,480	670.856,33
Pictet Money Market CHF	778,03	668,000	519.712,24
PREFF - Class D	80,67	851,110	68.659,06
Quadrant € Jan/10	1.031,70	984,557	1.015.772,34
Sextant € Jan/10	1.042,04	979,950	1.020.938,29
Sel. ARV MC C 2009 €	105,47	484,537	38.215,31
UBS Daily Accrual Bond EUR	995,23	63	62.699,34
Sub total			<u>9.602.862,52</u>
Instrumentos derivados com justo valor positivo			
Currency Forwards			45.492,78
Total			<u><u>9.648.355,30</u></u>

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por não residentes		
APMI - Atrium Portfolio Management and Investment, S.A.	0,00	145.900,25
	<u>0,00</u>	<u>145.900,25</u>

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A sociedade detinha depósitos a prazo no valor global de 35.000,00 euros, com maturidade até um ano, em Instituições de crédito no país.

7. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Natureza e espécie	31.12.2010		
	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida			
De dívida pública			
Obrigações do Tesouro			
O.T. Setembro/2013 (OTEGOE)	101,81	22.600	23.313,40
O.T. Outubro/2016 (OTE6OE)	91,51	50.000	50.607,39
Juros a receber			777,10
			<u>74.697,89</u>

No quadro seguinte, compara-se o valor por que estão contabilizados os “Investimentos detidos até à maturidade” com o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores de mercado.

Activos	31.12.2010		
	Valorização		
	Contabilístico	Valor de Mercado	Diferença
OT Setembro/2013 (OTEGOE)	23.313,40	23.008,38	305,02
OT Outubro/2016 (OTE6OE)	50.607,39	45.754,50	4.852,89
Juros a receber	777,10	777,10	-
	<u>74.697,89</u>	<u>69.539,98</u>	<u>5.157,91</u>

No quadro seguinte, indicam-se os montantes ainda não imputados a resultados, respeitantes a “Investimentos detidos até à maturidade” adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso.

Títulos	31.12.2010			
	Ajustamentos de capital			
	Valor Aquisição	Reembolso	Imputados	Não Imputados
OT Setembro/2013 (OTEGOE)	25.020,08	22.600,00	-1.706,68	-713,40
OT Outubro/2016 (OTE6OE)	51.055,00	50.000,00	-447,61	-607,39
	<u>76.075,08</u>	<u>72.600,00</u>	<u>-2.154,29</u>	<u>-1.320,79</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a sociedade tinha assumido compromissos, no montante de 95.884,16 euros, perante o Sistema de Indemnização aos Investidores. Esse valor estava parcialmente coberto por garantia real oferecida através da constituição de penhor sobre Obrigações do Tesouro que integram o saldo da conta “22 - Investimentos detidos até à maturidade” e cujo valor de balanço era de 43.140,36 euros.

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício de 2010, foram os seguintes:

Activos tangíveis:	31.12.2009		Movimentos em 2010			31.12.2010
	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências, abates e regulariz.	Valor líquido
Obras em imóveis arrendados	52.298,39	19.788,04	799,91	7.183,79	-73,07	26.053,40
Equipamento	388.497,17	314.408,11	94.033,95	38.719,78	-4.061,06	125.342,17
Outros activos tangíveis	1.437,99	1.437,99	274,18	248,41	-25,74	0,03
TOTAIS	<u>442.233,55</u>	<u>335.634,14</u>	<u>95.108,04</u>	<u>46.151,98</u>	<u>-4.159,87</u>	<u>151.395,60</u>

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício de 2010, foram os seguintes:

Activos intangíveis:	31.12.2009		Movimentos em 2010			31.12.2010
	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências, abates e regulariz.	Valor líquido
Desp. de estabelecimento	12.751,27	12.751,27	0,00	0,00	0,00	0,00
Sistemas tratamento automático de dados	199.830,52	191.205,33	485,53	4.466,26	-46,21	4.598,25
Outras	7.496,24	5.280,43	53,28	230,46	-4,83	2.033,80
Activos intangíveis em curso	1.079,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.079,69
Goodwill	0,00	0,00	42.057.407,44	0,00	0,00	42.057.407,44
TOTAIS	221.157,72	209.237,03	42.057.946,25	4.696,72	-51,04	42.065.119,18

A rubrica “Goodwill” corresponde à diferença apurada entre o valor de aquisição da participação financeira de cerca de 91% na “Atrium - Sociedade Financeira de Corretagem, SA” e o justo valor dos capitais próprios adquiridos. Face aos resultados e capitais próprios da filial no decorrer do exercício de 2010, não foram identificadas situações que justificassem o registo de perdas por imparidade.

10. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

A sociedade recebeu da Administração Fiscal 2.490.000,00 euros referentes à retenção de 20% efectuada no exercício anterior sobre dividendos recebidos da filial Atrium Investimentos - SFC, S.A, uma vez que, à data da distribuição dos dividendos a participação era detida há menos de um ano.

11. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O resultado fiscal do exercício da “Atrium Investimentos - SGPS, SA” traduziu-se num prejuízo de 4.398,60 euros. Tendo em conta a possibilidade de nos próximos exercícios se recuperar este prejuízo, foi registado um crédito fiscal de 549,83 euros.

12. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos	2.229.025,36	138.481,36
Devedores por operações sobre futuros e opções	11.390.685,69	16.505.646,53
Sector público administrativo	1.034,80	0,00
Crédito e juros vencidos	5.812,72	3.074,12
Rendimentos a receber		
De serviços prestados	5.618.457,63	4.004.802,60
De outros rendimentos	17.412,77	24.664,53
Operações de bolsa a regularizar	1.495,41	163.334,46
Operações fora de bolsa a regularizar	8.479.500,01	6.173.139,50
Operações activas a regularizar	2.777.341,33	1.010.997,78
Outras operações a regularizar	1.876.516,49	1.908.892,00
Despesas com encargo diferido	71.702,07	41.079,87
Imparidade acumulada s/ crédito e juros vencidos	-5.805,55	-2.526,22
Provisões para risco país	-149.138,07	0,00
	<u>32.314.040,66</u>	<u>29.971.586,53</u>

Os saldos de “Devedores por operações sobre futuros e opções” representam o valor das margens iniciais e dos ganhos e perdas não realizados em posições abertas em derivados.

Os saldos de “Rendimentos a receber - De serviços prestados” representam essencialmente comissões de administração de valores que são recebidas dos clientes após o final do exercício a que se referem (ver nota 20).

Os saldos de “Operações de bolsa a regularizar” e “Operações fora de bolsa a regularizar” representam valores a receber relativos a operações sobre valores mobiliários já havidas mas em que ainda não ocorreu a respectiva liquidação financeira. Os saldos de “Operações activas a regularizar” referem-se, essencialmente, ao pagamento antecipado de subscrições de fundos de investimento de que ainda não se recebeu a respectiva nota de execução (ver nota 16).

Os saldos de “Outras operações a regularizar” referem-se essencialmente a pagamentos por conta de IRC do exercício de 2010.

13. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	457.405,67	24,27
Encargos a pagar		
Juros de recursos de outras instituições de crédito	0,00	225,91
Totais	<u>457.405,67</u>	<u>250,18</u>

14. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

A sociedade reembolsou aos accionistas 2.540.000,00 euros de suprimentos que não venceram juros.

15. PROVISÕES

Os saldos das contas de provisões têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Provisões		
Para crédito vencido	5.805,55	2.526,22
Para riscos gerais de crédito	17.270,12	1.293,63
Totais	<u>23.075,67</u>	<u>3.819,85</u>

16. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros e opções	24.439.401,64	22.014.547,59
Credores por operações sobre Valores Mobiliários	43.960.830,30	36.023.485,61
Sector Público Administrativo	125.899,68	93.988,60
Remunerações a pagar		18.321,86
Consultores, Assessores e Intermediários		372,59
Fornecedores de serviços e bens	553.087,76	67.628,62
Operações de bolsa a regularizar	10.074,39	161.181,17
Operações fora de bolsa a regularizar	8.470.955,56	6.434.343,96
Operações passivas a regularizar	4.254.775,56	12.830,40
Outras operações a regularizar	3.773.945,80	2.178.822,15
Outros encargos a pagar		
Por gastos com pessoal	236.865,83	225.794,30
Por gastos gerais administrativos	166.805,50	412.759,56
Outros	3.098,05	627,39
	<u>85.995.740,07</u>	<u>67.644.703,80</u>

Os saldos de “Credores por operações sobre futuros e opções” e “Credores por operações sobre valores mobiliários” representam os recursos de clientes depositados junto da sociedade para realizar operações nos mercados a prazo e nos mercados a contado, respectivamente.

Os saldos de “Operações de Bolsa a regularizar” e Operações Fora de Bolsa a regularizar” representam valores a pagar relativos a operações sobre valores mobiliários já havidas mas em que ainda não ocorreu a respectiva liquidação financeira. Os saldos de “Operações passivas a regularizar” referem-se, essencialmente, ao pagamento antecipado de subscrições de fundos de investimento de que ainda não se recebeu a respectiva nota de execução (ver nota 12).

Os saldos de “Outras operações a regularizar” incluem imposto sobre o rendimento a pagar (ver nota 27).

17. CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Capital	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital		
Prestações suplementares	44.052.000,00	47.500.000,00
Outras reservas	5.992.476,48	366,75
Resultado líquido do exercício	<u>8.016.481,47</u>	<u>5.992.109,73</u>
	<u><u>58.110.957,95</u></u>	<u><u>53.542.476,48</u></u>

O capital da sociedade está representado por 50.000 acções nominativas com o valor nominal unitário de 1,00 Euro.

18. JUROS, RENDIMENTOS SIMILARES E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades sobre Inst. de crédito no país	21.277,14	701.568,56
Disponibilidades sobre Inst. de crédito no estrangeiro	57.384,17	9.309,79
Outros activos financeiros	<u>88.713,21</u>	<u>27.590,40</u>
	<u><u>167.374,52</u></u>	<u><u>738.468,75</u></u>
Juros e encargos similares		
Recursos Instituições crédito no país	-21,57	-146,36
Recursos Instituições crédito no estrangeiro	<u>-1.073,37</u>	<u>-14.716,71</u>
	<u><u>-1.094,94</u></u>	<u><u>-14.863,07</u></u>

19. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Rendimentos de instrumentos de capital		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por não residentes		
APMI - Atrium Portfolio Management and Investment, S.A.	<u>0,00</u>	<u>118.938,80</u>
	<u><u>0,00</u></u>	<u><u>118.938,80</u></u>

20. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços prestados		
Administração de valores	10.126.323,02	7.375.734,13
Comissões de constituição de fundos	86.553,53	295.174,22
Outros	87.562,70	101.009,40
Por op. realizadas p/ conta terceiros	3.931.971,15	2.677.250,42
	<u>14.232.410,40</u>	<u>10.449.168,17</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	-99.424,88	-61.689,13
Por operações realizadas por terceiros	-506.556,11	-302.385,18
Comissões de constituição de fundos	-14.670,48	-52.405,60
	<u>-620.651,47</u>	<u>-416.479,91</u>

Os rendimentos de administração de valores referem-se a comissões de gestão de carteiras de clientes.

21. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	801.220,69	706.875,55
Instrumentos derivados	951.964,52	5.683.654,53
Perdas em activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	-894.377,78	-690.096,12
Instrumentos derivados	-977.598,83	-5.226.020,05
	<u>-118.791,40</u>	<u>474.413,91</u>

22. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por não residentes		
APMI - Atrium Portfolio Management and Investment, S.A.	-120.605,65	0,00
	<u>-120.605,65</u>	<u>0,00</u>

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Descontos obtidos	2.178,31	60,83
Rendimentos de exercícios anteriores		
Gastos gerais administrativos	0,00	18,22
Comissões recebidas	388.220,77	94.490,73
Outros	20.287,31	26.269,60
Outros	50.099,23	21.586,01
	<u>460.785,62</u>	<u>142.425,39</u>
Outros encargos e gastos operacionais		
Encargos de exercícios anteriores		
Gastos gerais administrativos	-1.779,73	-1.096,15
Outros	-2.405,53	-34,53
Donativos	-46.608,80	-24.840,00
Outros	-122.508,57	-42.187,87
Outros impostos		
Taxas de supervisão	-136.346,21	-107.656,45
Outros	-212,55	-4.596,69
	<u>-309.861,39</u>	<u>-180.411,69</u>
TOTAL	<u>150.924,23</u>	<u>-37.986,30</u>

24. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Remuneração órgãos de gestão e fiscalização	-189.165,21	-186.145,98
Remuneração de empregados	-654.972,58	-733.992,22
Encargos sociais obrigatórios	-161.275,28	-166.433,80
Outros custos com Pessoal	-28.898,61	-41.501,17
	<u>-1.034.311,68</u>	<u>-1.128.073,17</u>

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	-47.704,49	-44.063,30
Outros fornecimentos de terceiros	-16.425,22	-19.655,84
Com serviços		
Rendas e alugueres	-285.749,08	-319.235,02
Comunicações	-56.836,93	-66.083,63
Deslocações, estadas e representação	-105.207,58	-214.877,73
Publicidade e edição de publicações	-22.486,67	-28.231,20
Conservação e reparação	-10.794,78	-13.505,04
Formação de pessoal	-6.973,57	-8.442,13
Seguros	-13.178,15	-11.710,42
Serviços especializados	-390.925,90	-346.028,78
Outros serviços de terceiros	-574.500,41	-524.445,19
	<u>-1.530.782,78</u>	<u>-1.596.278,28</u>

26. IMPOSTOS CORRENTES

Sobre o lucro do exercício incide IRC às taxas em vigor, e uma taxa municipal, a derrama, à taxa de 1,5%. Os encargos com viaturas ligeiras de passageiros e as despesas de representação são tributados autonomamente à taxa de 10%, nos termos do n.º 3 do artigo 88.º do Código do IRC.

A carga fiscal imputada ao exercício foi de 3.193.359,07 euros. Os pagamentos por conta de IRC efectuados em 2010 foram de 1.822.893,00 euros.

27. OPERAÇÕES A PRAZO E ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

No quadro seguinte, indicam-se as posições em operações a prazo ainda não vencidas a 31.12.2010:

Contrato de Futuro	Quantidade		Finalidade
	Longa	Curta	
Euro Forex Currency Future	0,58634		Cobertura de riscos inerentes a elementos patrimoniais constantes do balanço
H-Shares Index Future	0,00483		
Japanese Yen Future		0,22715	
Russel 2000 Mini Future		0,86554	
S&P 500 Future	0,12964		
US Long Bond Future	0,17455		

Para cobrir o risco de variação da taxa de câmbio inerente a elementos patrimoniais constantes do balanço e a receitas futuras com exposição económica ao Dólar americano, a sociedade comprou Forwards EUR/USD que liquidam em Julho de 2011:

	<u>Moeda</u>	<u>Valor em USD</u>	<u>Total valias em EUR</u>
Currency Forwards			
EUR/USD € 625.000 @ 1,3094	USD	-818.000,00	24.000,00
EUR/USD € 875.000 @ 1,2877	USD	-1.126.000,00	48.000,00

O montante global dos elementos do activo e o montante global dos elementos do passivo expressos em moeda estrangeira, convertidos em euros são, respectivamente, de 51.187.432,65 euros e 47.939.743,92 euros.

28. RELATO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

No quadro seguinte, apresentam-se elementos da demonstração de resultados ventilados por linhas de negócio.

31.12.2010			
(unidade: Milhares de Euro)			
Trading	Gestão de activos	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	89	78	167
Juros e encargos similares		-1	-1
Rendimentos de serviços e comissões	14.223	9	14.232
Encargos com serviços e comissões	-619	-1	-620
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-119		-119
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-121		-121
Resultados de reavaliação cambial	58		58
Outros resultados de exploração	270	-120	150
PRODUTO BANCÁRIO	-93	13.874	-35
			13.746

Lisboa, 29 de Abril de 2010

A Técnica Oficial de Contas
(TOC 51852)

Andree Melo da Mata

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

O presente documento é elaborado nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010.

A. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O NÚMERO 3. DO ARTIGO 2.º E O ARTIGO 3.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

O alinhamento dos interesses dos membros dos Conselhos de Administração, tanto da SGPS, como de cada uma das suas filiais, com os interesses da sociedade decorre do facto de todos os administradores deterem participações económicas muito significativas no capital da SGPS.

Com efeito, os três administradores da SGPS, que são também os administradores da filial Atrium Investimentos - SFC, SA, detêm, cada um, uma participação de 13,2% e, em conjunto, 39,6%.

Por outro lado, também os administradores da filial APMI Atrium Portfolio Management and Investment SA são accionistas da SGPS.

Nos termos das exigências legais e regulamentares, nos parágrafos seguintes do presente documento presta-se informação variada sobre a adopção, ou não adopção, pela sociedade e cada uma das suas filiais, de um vasto leque de medidas, tais como, por exemplo, a existência de uma componente variável da remuneração dos administradores, o diferimento do seu pagamento, o seu pagamento em valores mobiliários emitidos pela própria sociedade, e a existência de planos de opções. Todas estas medidas destinam-se a alinhar os interesses dos administradores com os interesses da sociedade.

No caso concreto do Grupo, mais relevante que essas medidas, é a participação significativa dos administradores das várias sociedades no capital da SGPS que faz depender a sua remuneração total da gestão prudente dos riscos da actividade, da riqueza criada para os accionistas, e da sustentabilidade do Grupo a prazo, assegurando eficazmente o alinhamento dos interesses dos administradores com os do Grupo.

Relativamente à remuneração dos administradores, são de referir os seguintes aspectos gerais:

1. A SGPS tem em vigor uma Política de Remuneração aplicável à sociedade mas também às suas filiais;
2. No seio do grupo, as remunerações de cada quadro são decididas globalmente para cada administrador ou colaborador, pelo que o que importa é a remuneração global que auferem nas várias sociedades do Grupo, se for esse o caso;
3. A SGPS não paga remunerações fixas ou variáveis, ocorrendo os pagamentos ao nível das filiais.

Para além disso, é de referir que:

1. A componente variável da remuneração dos administradores das filiais é decidida pela Assembleia Geral respectiva e depende do desempenho individual e do desempenho da sociedade como um todo. A componente variável da remuneração deve ser inferior a 20% da remuneração total.
2. Não há planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções, nem da SGPS, nem das filiais, por parte de membros do Conselho de Administração ou do Fiscal Único.
3. A componente variável da remuneração é determinada e paga em cada ano.

4. A remuneração variável só deve ter lugar se for sustentável à luz da situação financeira da instituição, e se se justificar à luz do desempenho do administrador em causa. O total da remuneração variável deve de um modo geral ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.

Remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização em 2010
(Euros)

Nome	Função	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração total
João Carlos Peça Nunes da Fonseca (1)	Presidente do Conselho de Administração	54.600,00	6.000,00	60.600,00
António Manuel Baptista dos Santos Almeida (1)	Vogal do Conselho de Administração	54.600,00	6.000,00	60.600,00
Mário Luís Cruz Dias Vigário (1)	Vogal do Conselho de Administração	54.600,00	6.000,00	60.600,00
Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC (2)	Fiscal Único	9.500,00 (2)	-	9.500,00
Jorge Bento Martins Ledo (ROC)	Suplente do Fiscal único	-	-	-

(1) As remunerações indicadas foram pagas pela filial Atrium Investimentos – SFC, SA, não tendo sido processadas remunerações na SGPS.

(2) Valores sem IVA, dos quais: 1.500,00 euros pagos pela SGPS e 8.000,00 euros pagos pela Atrium Investimentos – SFC, SA

B. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 1/2010

A informação prestada neste ponto refere-se à SGPS e a cada uma das suas filiais.

- a) A política de remuneração é definida pela Assembleia Geral da SGPS.
- b) A componente variável da remuneração é paga inteiramente nos primeiros meses de cada ano.
- c) O alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses de longo prazo do Grupo resulta do facto de os primeiros deterem participações muito significativas no capital da SGPS.

Relativamente aos administradores executivos:

- a) A avaliação de desempenho dos administradores executivos cabe à Assembleia Geral.
- b) A avaliação de desempenho dos administradores executivos considera, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos clientes e dos investidores, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.
- c) A componente variável da remuneração deve ser inferior a 20% da remuneração total.
- d) A componente variável da remuneração é paga nos primeiros meses de cada ano.
- e) O pagamento da componente variável da remuneração variável não está sujeito a diferimento para além do referido na alínea anterior.
- f) Não é atribuída remuneração variável em acções.
- g) Não é atribuída remuneração variável em opções.
- h) Não são atribuídos prémios anuais para além do referido na alínea c) nem outros benefícios não pecuniários.

- i) Não é paga remuneração sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios.
- j) Não foram pagas nem são devidas indemnizações a ex-membros executivos do Conselho de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.
- k) Não há limitações contratuais para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do administrador.
- l) Não foram pagos montantes a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;
- m) Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada;
- n) Não houve benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não referidos nas alíneas anteriores.
- o) Não existem mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

Não existem administradores não executivos.

C. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 3.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 1/2010

A SGPS não desenvolve directamente actividades económicas e não tem colaboradores ao seu serviço.

D. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O N.º 1 DO ARTIGO 4.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 1/2010

A informação prestada neste ponto refere-se à SGPS e a cada uma das suas filiais.

Na interpretação da informação que se apresenta a seguir, e especialmente, no que se refere ao ponto referente à remuneração dos membros dos órgãos de administração, é importante recordar que os administradores das sociedades do Grupo detêm participações significativas no capital da SGPS. Tal incentiva a gestão prudente dos riscos da actividade, a criação de riqueza e a sustentabilidade de longo prazo da instituição, de uma forma mais eficaz que, por exemplo, a atribuição de remunerações variáveis, participações nos resultados ou planos de opções.

Indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas contidas na Carta Circular n.º 2/10/DSBDR do Banco de Portugal:

- I. ASPECTOS GERAIS
 - I.1. Recomendação adoptada.
 - I.2. Recomendação adoptada.
 - I.3. Recomendação adoptada

- II. APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO
 - II.1. Recomendação adoptada.
 - II.2. Recomendação não adoptada: a política de remuneração dos colaboradores é aprovada pela Assembleia Geral.
 - II.3. Recomendação adoptada.
 - II.4. Recomendação adoptada.
 - II.5. Recomendação adoptada.

- III. COMISSÃO DE REMUNERAÇÃO
 - III.1. Recomendação não aplicável: não existe Comissão de remuneração.
 - III.2. Recomendação não aplicável: não existe Comissão de remuneração.
 - III.3. Recomendação não aplicável: não existe Comissão de remuneração.

III.4. Recomendação não aplicável: não existe Comissão de remuneração.

III.5. Recomendação não aplicável: não existe Comissão de remuneração.

IV. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

IV.1. Recomendação adoptada.

IV.2. Recomendação adoptada.

IV.3. Recomendação não adoptada: os administradores já são accionistas da instituição.

IV.4. Recomendação não adoptada: pelo facto de serem accionistas da instituição, os administradores têm o seu interesse alinhado com a continuação do desempenho positivo da instituição a médio e longo prazo.

IV.5. Recomendação não aplicável: a remuneração variável não é sujeita a diferimento.

IV.6. Recomendação não aplicável: os membros do órgão de administração não são pagos em instrumentos financeiros.

IV.7. Recomendação não aplicável: os membros do órgão de administração não são pagos em instrumentos financeiros.

IV.8. Recomendação não aplicável: a remuneração variável não compreende a atribuição de opções.

IV.9. Recomendação não aplicável: os membros do órgão de administração não são pagos em instrumentos financeiros.

IV.10. Recomendação não aplicável: não existem membros não executivos do órgão de administração.

IV.11. Recomendação não aplicável: não está estabelecida compensação para qualquer forma de destituição sem justa causa.

V. REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES

V.1. Recomendação adoptada.

V.2. Recomendação não adoptada: a componente variável da remuneração é paga em dinheiro porque a instituição não tem instrumentos financeiros cotados em bolsa.

V.3. Recomendação adoptada.

V.4. Recomendação não adoptada: os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho envolvem uma componente subjectiva e qualitativa que, por isso, não é inteiramente mensurável.

V.5. Recomendação adoptada.

V.6. Recomendação não adoptada: o valor da remuneração variável não é tão expressivo que justifique o o pagamento do seu diferimento no tempo.

V.7. Recomendação não aplicável: não há parte da remuneração variável sujeita a diferimento.

V.8. Recomendação adoptada.

VI. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

VI.1. Recomendação não adoptada: não existem várias funções de controlo na instituição.

VI.2. Recomendação não adoptada: não existem várias funções de controlo na instituição.

VII. GRUPOS FINANCEIROS

VII.1. Recomendação adoptada.

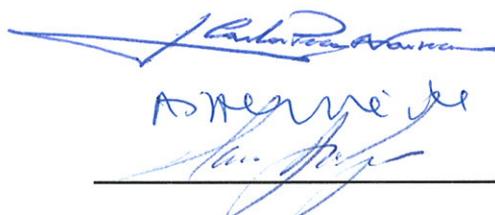
VII.2. Recomendação adoptada.

VII.3. Recomendação adoptada.

VII.4. Recomendação adoptada.

Lisboa, 29 de Abril de 2011

Conselho de Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS INDIVIDUAIS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Atrium Investimentos – SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de balanço de 62.669.181 euros e um total de capital próprio de 61.192.108 euros, incluindo um resultado líquido de 5.658.744 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Atrium Investimentos – SGPS, SA**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005, de 21 de Fevereiro de 2005.

RELATO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Lisboa, 06 de Maio de 2011



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CONTAS INDIVIDUAIS

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC
Sede: Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 LISBOA
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 PORTO
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a actividade da **Atrium Investimentos – SGPS, SA**, durante o exercício de dois mil e dez, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício e emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2010, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 06 de Maio de 2011

O Fiscal Único



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS CONSOLIDADAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Atrium Investimentos - SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de balanço de 144.581.374 euros e um total de capital próprio de 58.110.958 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 8.016.481 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada de alterações no capital próprio, e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e as alterações no capital próprio consolidado, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Atrium Investimentos - SGPS, SA**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações e as alterações no capital próprio consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Lisboa, 06 de Maio de 2011



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CONTAS CONSOLIDADAS

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC
Sede: Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 LISBOA
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 PORTO
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 508-D, do Código das Sociedades Comerciais, foram-nos apresentadas para exame as contas consolidadas do exercício de 2010 da **Atrium Investimentos - SGPS, SA** que compreendem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada de alterações do capital próprio e o correspondente anexo, bem como o respectivo relatório de gestão.

Procedemos à apreciação dos citados documentos, juntamente com a correspondente certificação legal das contas que aqui se dá por reproduzida e com a qual concordamos.

Tudo considerado, propomos que as referidas contas consolidadas e o relatório de gestão do exercício de 2010 sejam aprovados pela assembleia geral, a que alude o artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 06 de Maio de 2011

O Fiscal Único



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)